



 1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de junho de 2022

No dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2 – Expediente para conhecimento;

1.3 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de abril, do ano 2022;

2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2022 segunda alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, segunda alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais, segunda alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação;

2.4. Relatório de Contas Consolidadas Ano 2021 da Câmara Municipal de Montalegre– Apreciação;

2.5. Relatório de Contas das Participadas não Societárias: ADERE Peneda Gerês, CIM Alto Tâmega e Associação de Municípios do Alto Tâmega – Para conhecimento;

2.6. Relatório de Contas das Participadas Societárias: Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, Empreendimentos de Atilhó, EHATB, Empresa Eólica do Barroso, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Eólica da Serra das Alturas, S.A., Eólica de Montenegro, S.A. – Para conhecimento;

2.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.8. Autorização para a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da celebração de contrato de aquisição, em regime de execução continuada, de serviço de abastecimento de água às populações, de acordo com as necessidades da autarquia, pelo prazo de 24 meses. DF N.º 59/2022 – Para aprovação;

2.9. Autorização para a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da celebração de contrato de aquisição, em regime de execução continuada, de serviços de proteção civil, de acordo com as necessidades da autarquia, pelo prazo de 24 meses. DF N.º 60/2022 – Para aprovação;

2.10. Pedido de apoio financeiro formulado pela União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães, para construção de uma captação, reservatório e fosse séptica em Contim – Anulação de deliberação;

2.11.1ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre para o ano de 2022 – Proposta;

2.12. Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de Montalegre 3.ª Geração (PMDFCI) – Para aprovação;

2.13. ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Vila de Montalegre – Para aprovação;

2.14. ARU (Área de Reabilitação Urbana) das Minas da Borralha – Para aprovação;

2.15. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Para conhecimento;

2.16. Proposta de Alteração de Denominação da “Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega” para “Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso” – Para aprovação;

2.17. Contrato-Programa celebrado entre o Município de Montalegre e a EHATB – Adenda – Para aprovação.

3 – Intervenção do Público.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros, à exceção dos deputados Olímpia Vinhas, Ricardo Branco, António Eduardo Santos, Joana Barroso, Sílvia Carneiro, António Cascais, Bárbara Matos e Joaquim Moura.



*f un*³

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Maria Martins, António Cascais e Maria Leonor Vila.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Ana Isabel Dias e José Moura Rodrigues.

Atenta a ausência da 2ª Secretária da Mesa, Olímpia Vinhas, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a deputada Ana Maria Martins para, na presente sessão, exercer as funções de 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, o que foi aceite pela Assembleia Municipal.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2 – Expediente para conhecimento;

Não houve expediente para conhecimento.

1.3 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados Fátima Crespo, José João Moura, António Ferreira, Sandra Gonçalves, Catarina Gonçalves, Manuel Carrelo, Hernâni Carvalho, Aníbal Ferreira, João Carlos Rodrigues e Nuno Pereira.

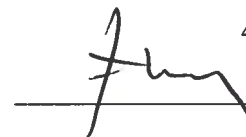
A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: "Venho aqui hoje reconhecer os protagonistas desportivos que granjearam tantos sucessos e são merecedores do nosso agradecimento público pela dedicação, profissionalismo e orgulho em representar a nossa terra. A época que terminou foi muito positiva para os emblemas do concelho de Montalegre. No total, foram conseguidos 8 títulos. Mas o que mais me sensibiliza é o trabalho com os mais novos, sendo verdadeiras escolas de formação e de preparação para a vida.

Quero destacar o clube da minha terra – o "GD de Vilar de Perdizes" na pessoa do seu presidente Márcio Rodrigues, mas extensível a todos os colaboradores, pelo mérito no sucesso alcançado, pois venceu 6 títulos. No futebol ganhou o campeonato distrital sénior, subindo ao Campeonato de Portugal e venceu também a taça distrital de juniores Sub-19.

No futsal, foi campeão distrital de iniciados Sub15 e juvenis sub17 e respetivas taças. A equipa de Juvenis sub17 chegou também à 2ª fase da Taça Nacional.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento ao CDC Montalegre/ Abelhas Azuis que ganhou dois títulos. Campeão distrital de futsal seniores e vencedor da taça distrital de Futsal Juniores.

O Centro Desportivo e Cultural de Montalegre conseguiu ainda a manutenção na Liga 3 e é o único emblema distrital na prova.



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O CDC Salto, militou na 3ª divisão nacional para as distritais de futsal da A.F. Vila Real, sem pavilhão próprio, ainda assim o Salto fez um excelente percurso na Taça de Portugal onde conseguiu atingir a 3ª eliminatória.

A base de todo este caminho de sucesso envolve centenas de Barroões e só se tornou possível com o apoio do Município de Montalegre com os apoios a cima dos 400 mil euros. Parabéns Sr. Presidente pelo seu apoio a estes clubes. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Começo com uma citação: “Ordinariamente todos os ministros são inteligentes, escrevem bem, discursam com cortesia e pura dicção, vão a faustosas inaugurações e são excelentes convivas. Porém, são nulos a resolver crises. Não têm a austeridade, nem a conceção, nem o instinto político, nem a experiência que faz o Estadista. É assim que há muito tempo em Portugal são regidos os destinos políticos. Política de acaso, política de compadrio, política de expediente. País governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e corrupção, por privilégio e influência de camarilha, será possível conservar a sua independência? ” — Eça de Queiroz 1867. Pois bem, palavras mais que atuais para o estado da nação e desta demagogia política socialista. Temos à frente do governo uma espécime de Harry Potter que com a sua magia e arte de negociação conseguiu enganar os seus parceiros da geringonça bem como os empresários, os sindicatos e mesmo os outros partidos da oposição, com a promessa de reformas que nunca aconteceram nem vão acontecer. Temos um governo das desculpas que se agarra aos antecedentes para justificar a sua incompetência governativa. Primeiro a culpa era da Troika e do Passos Coelho, depois era da Pandemia, agora da crise energética, da guerra e da falta de matérias-primas. Temos uma inflação de 10%, uma diminuição do poder de compra e baixou o ISP no gasóleo rodoviário após pressões doutros partidos, mas esqueceu-se do gasóleo agrícola, passando de 0,68€ em 2021 para 1,80€ em 2022. E o sector agropecuário é dos mais afetados pois houve aumentos em algumas matérias primas superiores a 102%. Por isso o PSD propôs e continuará a propor, medidas de apoio aos agricultores, e Sr. Presidente, se o governo não dá, a câmara municipal terá que criar formas de salvar este sector tão importante dentro do nosso concelho sob pena de grande parte deles encerrar a atividade e as explorações. Com o seu discurso do método o PM enalteceu o SNS na resposta à pandemia, mas não se coibiu de chamar preguiçosos aos profissionais de saúde e agora menosprezou-os e negligenciou-os ao ponto de fugirem para o privado levando ao caos no SNS. É esta falta de produtividade que mostra a ineficácia governativa de um governo amorfo e inapto na tomada de decisões. Deve ser doutrina dentro do partido pois aqui em Montalegre a infeção já era crónica, conforme demonstra o Relatório, não médico, mas sim de auditoria do Tribunal de Contas sobre a legalidade de 30 contratos de ajuste direto celebrados pelo Município entre 2014 e 2018, em que os auditores identificaram sete situações de fracionamento de contratos (fazer ajustes diretos em vez de concursos públicos), seis situações de violação da regra dos três anos (ultrapassar o limite de valor contratado por empresa nesse período) e algumas situações de falta de cabimentação das despesas, apesar deste apenas confirmar aquilo que temos dito sobre a falta de



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

transparência nas obras municipais, que prejudica os cofres do Município e beneficia alguns em detrimento de outros. E o PSD não quer rebuçados Sr. Presidente, o PSD quer que todos os munícipes tenham pão, que se acabe de uma vez por todas a gulodice do caviar de uns poucos em detrimento de nada para muitos; que haja uma governação justa, reta e igualitária, independentemente da afiliação política, credo, doutrina ou estatuto social, pois o PSD é o partido do povo, que põe em primeiro lugar as pessoas e negligencia interesses partidários, pessoais ou familiares, e fomos eleitos e tudo faremos para que isso se torne realidade.

O governo central tenta salvar a TAP e o executivo municipal tenta salvar a pista de Ralycross, deixando ruir a estrada N103 a um ponto de consumições no asfalto e marcações de tinta delével, de tal forma que parece que os tanques russos por ali passaram.

E depois de muito tempo e muita tinta finalmente o executivo municipal se pronunciou acerca do EIA relativamente às minas do Romano: Favorável Condicionado. Previsível e perigoso. Previsível, pois a afinidade com o CEO da empresa que vai ser responsável pela sua concessão era mais que notória a tal ponto de o nome da empresa estar sempre junto ao logo da Câmara municipal e perigoso porque assim vai abrir o precedente de vender ao desbarato aquilo que mais prezamos e nos enriquece; o nosso património geográfico e agrícola reconhecido mundialmente.

Descurou assim a vontade popular bem como das associações ambientais e falhou na promessa ao proferir, "a Câmara tem que estar sempre ao lado da população" e que "A Câmara tomará a posição que a associação [Montalegre Com Vida] tomar". É uma traição ao povo, que foi pré-anunciada com o apoio à candidatura da Lusorecursos à Bazuca, declarado dois dias depois das eleições autárquicas. Um logro que o PM também o realizou, com promessas de aumentos salariais na função pública de 4%, que foram, no entanto, chumbadas no parlamento pelos seus acólitos, e tendo tido a lata de propor posteriormente, aumentos salariais aos empresários portugueses na ordem dos 20% para que haja mais justiça. Isto remete-nos para as palavras sábias de José Saramago: "O tempo das verdades plurais acabou. Agora vivemos no tempo da mentira universal. Nunca se mentiu tanto. Vivemos na mentira, todos os dias".

Caótico e caricato, o rumo que este socialismo nos leva. Desde a debandada nos aeroportos, ao sistema de ensino que hoje é um gueto de desigualdades feito de escolas para ricos e para pobres. Mas, o socialismo na prática é isto. Todos iguais, todos pobres.

Resta-nos o turismo e a cultura. E a promoção do concelho passa pela cultura. E aqui em Montalegre temos de ser criativos e apostar e fomentar eventos que aliem a tradição secular com a música, com exposições e mercado comunitários e a comunhão da população local com os turistas, como o caso do festival Aldeia de Lobos e a festa da Ponte da Misarela, lembrando que Montalegre não é só a Vila e Salto, mas sim 25 freguesias e união de freguesias que merecem o mesmo trato e apreço e não plagiar ou importar feiras mediáveis mais que exploradas por esse país fora. Um dos bons exemplos que Montalegre possuía era o Festival de Música Júnior, que, no entanto, este executivo municipal desprezou e não parece interessado, uma vez que está novamente programado para Ponte de Sôr, em finais de Agosto.

E Sr. presidente, estamos em ano Xacobeo. E relembro mais uma vez a importância turística do caminho e o seu papel na difusão cultural europeia. Foram os peregrinos que começaram a construir a Europa que hoje conhecemos, pois para eles as



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

fronteiras não existiam. O caminho começava mal saíam de sua casa e acabava na icónica vila de Santiago de Compostela. E a abolição de fronteiras é a principal ferramenta para evitar guerras e promover a paz. E se Montalegre quiser abraçar esta causa não basta apenas aderir à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago ou inaugurar uma estátua ao peregrino. É preciso muito mais. Dialogar com os concelhos vizinhos e promover a variante ao caminho português do interior por Vilar de Perdizes. Foi esse passo que Mirandela e Valpaços fizeram com a inauguração de um troço de quase 60 Km no denominado caminho português de Santiago do Este. Daí, a Galiza e o norte de Portugal querem passar a promover os dois destinos como se fossem um só. E termino lembrando que o verdadeiro caminho começa quando se chega a Santiago, com as seguintes palavras inscritas num posto fronteiriço:

"Nem Pátria nem bandeira, nem raça nem condição, nem limites nem fronteiras, estrangeiro eu sou". Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado António Ferreira disse que a agenda cultural promovida pela autarquia é um espetáculo, onde se prevê casa cheia, como o que aconteceu com o espetáculo da peça de teatro com o ator Fernando Mendes em que muita gente não pôde assistir porque a lotação estava cheia. Avizinham-se atividades culturais e desportivas de categoria.

Informou que a destruição das piscinas e a respetiva obra tem custos mais elevados do que o previsto. Pediu à direção da escola Bento da Cruz para ter mais controle sobre isso pois toda a gente sabe quem invade o espaço.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras. Desde dezembro de 2017 que as minhas intervenções incidem na importância de disponibilizar às crianças residentes no nosso concelho o melhor e aos jovens pais, condições para poderem criar os seus filhos sem abdicar do seu trabalho. Nessa altura os apoios eram escassos ou até mesmo inexistentes. Desde então criaram as férias ativas nos polos do ecomuseu, os olhares pela maternidade e algumas juntas de freguesia dão também incentivos e apoios à natalidade dentro das suas parcas possibilidades.

Quando analisamos os dados do programa olhares pela maternidade e constatamos que mais de metade das crianças nascidas no concelho não beneficiam do programa. Não será porque está mal implementado e com lacunas? É necessário reavaliar os moldes e divulgação destes apoios para que chegue a todos os beneficiários.

No que diz respeito às atividades extracurriculares e de entretenimento das crianças no tempo de férias escolares, foi alargado o horário e abertas as inscrições a crianças a partir dos 3 anos, no entanto as lacunas continuam e são graves, a começar pelo facto de ser restritivo nas refeições, nos horários e nos transportes.

É sabido que cada vez são referenciados mais casos à CPCJ de crianças carenciadas, negligenciadas ou vítimas de ambientes violentos no lar que deveria ser o seu porto seguro, onde deveria reinar a paz e o amor, infelizmente durante as férias estas crianças sofrem muito mais dado o tempo que passam naquele ambiente. Muitas crianças só têm uma refeição digna por dia, que é na escola. Na maior parte dos casos, os pais não trabalham e são negligentes, logo são excluídos.



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não existe um planeamento para as atividades o que é crucial. Seria relevante questionar os pais, professores, animadores entre outros sobre o programa, pedir sugestões e articular as atividades com as juntas de freguesia, é preciso diálogo e concertação para fazer mais e melhor.

Para finalizar pergunto, estando este programa inserido no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar financiado pelo Portugal 2020, estando a CPCJ e a CLDS envolvidos e a própria câmara que é o órgão dinamizador, como é possível não garantirem transporte a todas as crianças, um horário equiparado ao escolar para todas as crianças, garantir que o programa estivesse ativo todo o período de férias escolares, garantir refeições de qualidade a todas as crianças assim como atividades diversas em conformidade com o nome do programa "Mexe-te nas Férias" que está integrado numa atividade denominada "Montalegre, uma ideia da Natureza – Ambiente e Património"?

Continuam a fazer o mínimo e as crianças merecem bem mais que isto, merecem o melhor. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados e demais pessoas aqui presentes. Começo esta minha intervenção com um apelo a todos os deputados, para que transmitam pelos seus fregueses, um sentido de cooperação e de participação nas atividades e eventos que vão surgindo nas freguesias vizinhas, um pouco por todo o concelho.

Quer seja Cabril, Tourém, Vilar de Perdizes, Salto ou qualquer outra freguesia do concelho, todas as atividades, podem alcançar verdadeiro potencial se a divulgação e participação começar dentro dos limites do concelho, dentro das nossas linhas administrativas.

Procurem, senhores deputados, ser o veio de transmissão entre aquilo que é a atividade administrativa, e aquilo que é o esforço das gentes na manutenção de tradições, em alguns casos, e noutros, a procura de novos eventos, de novos focos turísticos!

Sejam também ativos nas festividades, nas celebrações e nas comemorações!

Quando se comemora o concelho, ou a freguesia, celebrem a nossa identidade e, participem!

Mais, senhores deputados, não deixem de festejar, independentemente da cor política, aquilo que é obra, aquilo que permite a melhoria das condições de vida dos nossos fregueses! Celebrem o conseguido e ajudem a alcançar aquilo que ainda não se alcançou!

Senhor Presidente, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Salto posso-lhe garantir, Salto quer o complexo desportivo, mais Salto precisa de um pavilhão!

Senhor Presidente, já aqui fiz este apelo, não esmoreça! Não se deixe abater pela morosidade do procedimento administrativo. Imagine todas as atividades que os nossos idosos e as nossas crianças poderão vir a desenvolver, imagine os eventos culturais e desportivos que esta importante freguesia do concelho, alo pode e merece desenvolver! Continuamos a contar consigo e com o executivo municipal!



8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No seguimento daquilo que é a prestação deste executivo municipal, não poderia deixar de aqui mencionar algumas das ultimas festividades ocorridas no nosso concelho.

Por ordem cronológica: a Sexta 13 – que espetáculo Sr. Presidente! Que desenvoltura senhores Vereadores! Desde a qualidade e deslumbramento da peça teatral, ao rigor da organização, os meus sinceros parabéns a todos os envolvidos.

Montalegre mantém-se na “boca do mundo”, mas agora, como devia ser sempre, pelos melhores e mais dignos motivos. Obrigado Sr. Presidente! É assim que se faz tradição e se cria atrativo turístico. O comércio agradece.

Passo às comemorações do Dia do Concelho. Revestido de simplicidade, ele permitiu-nos reconhecer os feitos de algumas pessoas que têm ajudado o nosso concelho a prosperar.

Considero, Senhores deputados, que atribuir reconhecimento a quem se dedica à causa pública, sobretudo àqueles cuja intervenção, tenha sido crucial para a criação de determinadas infraestruturas, ou de respostas sociais, que permitam a obtenção de melhorias significativas na vida dos nossos, seja um verdadeiro exemplo de humildade e não de superficialidade!

Finalmente, terminarei, penso eu, com chave de ouro. Como todos sabem, termina hoje o ano letivo. Ora, num registo não muito longínquo, os pais com atividade profissional eram obrigados a levar os seus filhos para casa dos avós; deixá-los com os vizinhos, ou eventualmente ter de os levar para o local de trabalho.

Hoje, felizmente e graças ao esforço da Câmara Municipal, em estreita colaboração com o Ecomuseu, com os Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto; com as Juntas de Freguesia de Cabril e Salto; com os CLDS4G e com a CPCJ de Montalegre, as crianças, dos 3 aos 15 anos, vão poder integrar o Programa “Mexe-te nas férias”.

Com várias atividades propostas, este programa vai seguramente contribuir para a inclusão educativa e social destas crianças, e potenciar o sucesso escolar, vai contribuir para a valorização da história local e do património cultural do nosso concelho.

Além de tudo isto, os pais, na maioria das vezes, sem retaguarda familiar e com responsabilidades profissionais, vão poder mantê-las, durante praticamente todas as férias de verão, entre 11 de julho e 26 de agosto.

Bem-haja Senhora Vereadora Fátima e a todos os envolvidos nesta nobre missão de apoiar as famílias e de contribuir para o seu desenvolvimento das nossas crianças. Bem hajam Sr. Presidente e a todo o executivo Camarário. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Catarina Gonçalves.”

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras representantes da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, Excelentíssimos Vereadores, estimado público. Como diria Carlos Alberto Hang, para que se viva numa democracia plena, o povo precisa assumir a condição de não ser conduzido, mas de se conduzir pela própria mente.

É exatamente o que deveria acontecer e não acontece, na casa da democracia, como é a Assembleia Municipal de Montalegre, onde o Sr. Presidente, conduz, a seu bel prazer, não a Assembleia Municipal, mas os digníssimos deputados eleitos democraticamente, o que não é abonatório da isenção, com que exerce o poder que lhe foi incumbido por esta mesma assembleia.



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Vem isto a propósito do que foi a habilidosa votação da proposta de Louvor à instituição, Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, na última sessão. Primeiro o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, do alto do seu império, teceu considerações sobre a proposta, submetida à discussão e consequente votação, o que não lhe está facultado ou atribuído, pelo Regimento e fê-lo alegando estar-se a banalizar os votos de louvor, dirigindo-se até ao partido proponente se concordavam em retirar a proposta.

Segundo, a habilidosa mudança do sistema de votação que vinha a utilizar, para a votação por levantamento, a proposta em causa, tendo mesmo perguntado à primeira fila repetidamente por três vezes, quem vota contra. É a prova provada da desventura a que chegou esta condução da Assembleia. Pode fazê-lo? pode sim, aqui não foi ofendido, o que está plasmado no Regimento, mas é truque grosseiro e falta de deontologia política, o que resultou na reprovação da proposta por 17 votos contra, 13 a favor e uma abstenção assustadora. É preocupante Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

É preciso elevarmos a condição de representantes do povo de barroso dando a esta casa a dignidade que merece.

Passou o dia da Municipalidade e com ele as habituais cerimónias, alusivas à efeméride. Como cidadão deste concelho, compete-me deixar aqui os parabéns e os meus agradecimentos por quem teve ao longo dos anos o seu desempenho em prol do nosso Barroso, como foram os casos do Sr. António Araújo de Cabril e o Casal Dr. Américo e Dra. Margarida Canedo. Justamente homenageados.

Mas permitam-me neste particular uma vez mais salientar que o Colégio foi a alma matter de centenas ou milhares de barrosoes. Não haverá justiça no reconhecimento à Dra. Margarida Canedo, enquanto não houver uma instituição de ensino que sustente o nome desta enorme barrosoã. Compete-nos escrever a história do Concelho de Montalegre sem ambiguidades respeitando a memória dos seus autores. A bem de Montalegre e da democracia. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo."

O deputado Hernâni Carvalho disse que a Assembleia Municipal regressa em grande à casa da democracia com duas Sandras Gonçalves, de Salto, mas quer acreditar que a Presidente da Junta tem razão com a sua visão positivista.

Disse que só podem estar distraídos ao criticar os eventos culturais ou a falta deles. Há eventos culturais em muitas aldeias que são promoção do território. Aproveitou para convidar toda a gente para estar presente na Semana do Barrosão que se vai realizar, mais uma vez, em Salto, que promove a raça barrosoã e promove a agricultura com o apoio da Câmara Municipal de Montalegre.

Não sabe se o deputado José João Moura esteve presente no espetáculo de Jazz e na peça de teatro com o Fernando Mendes que se realizaram no auditório do Multiusos em Montalegre.

A oposição só chega com críticas e sem ideias. É preciso saber a razão pela qual é organizada a Feira Montalegre Templária. Disse que escreveu um editorial para um jornal local onde faz o exercício necessário para que se saiba se os cavaleiros de Cristo têm ou não têm presença no território. Lança o desafio para que se reflita se fará até sentido pensar se a sexta 13 poderá ser um elo de ligação aos cavaleiros do templo nesta terra. Se se pensar bem em tudo isto, vê-se que não se copiam eventos de um



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

lado qualquer, visto numa rede social, ou porque não se tem ideias. Pensa que com este evento está-se mais uma vez a promover o território.

Perguntou se o Município de Montalegre já fez o plano de contingência da água como prometeu. Onde está, o que está a ser feito, o que está a ser pensado, o que se vai fazer enquanto comunidade, de que forma se vai comunicar com a população para que se perceba que esse flagelo não é de futuro. É um problema nosso, de agora e que tem que ser resolvido para ontem.

Alertou para o facto de a Câmara ter que abraçar o tema da saúde e todas as competências que ela acarreta. Esse assunto é preocupante. Assume-se como defensor do Serviço Nacional de Saúde, que está mais uma vez a ser posto em causa, porque nem tudo corre bem, mas há muitas coisas que correm bem.

Lançou o desafio para que o Município de Montalegre se lance como exemplo e vanguarda de três pilares essenciais: cuidados primários capazes de forma a que não falem médicos de família e para que se evitem entupimentos nas urgências. Montalegre é dos poucos territórios do país que tem um serviço de urgência básica que só não fechou por esforço do Ex-Presidente de Câmara Fernando Rodrigues e alguns dos outros homenageados.

O deputado Aníbal Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados e demais pessoas aqui presentes. O assunto que me trás aqui hoje é o potencial de afirmação turístico do Baixo Barroso. Começo por agradecer à Câmara Municipal a criação das infraestruturas imprescindíveis na promoção do território, no entanto ainda há muita a fazer.

A pandemia afetou os hábitos do turista, havendo uma tendência clara para uma nova tendência, a procura pelo interior.

No caso do município, freguesias e as associações locais têm em mão uma oportunidade crucial de dar resposta a esta nova tendência, e temo-lo feito gradualmente!

O município tem-lo feito incentivando e apoiando a vários níveis. Apoia as juntas de freguesia na dinamização cultural e nos diversos eventos culturais que cada um tem, o ecomuseu que tem desenvolvido um trabalho brilhante focado na promoção do território apoiando as várias associações do concelho consciencializando-as deste inequívoco potencial.

Um ambiente natural inexcelável como nós temos, realço aqui o PNPG com as suas lagoas de águas límpidas e cristalinas, o nosso património, e aqui não posso deixar de defender a minha dama, a mítica ponte do diabo, aproveitando desde já para lançar um convite para estarem presentes no próximo sábado, e onde serão recriadas as lenas, tradições e fatos históricos associados à ponte do diabo.

Aqui no património destaco também por exemplo o Fojo dos Lobos em Fafião, aplaudindo desde já a associação da sua comunidade local que tem feito um trabalho fantástico na divulgação do que de melhor temos no território.

Os nossos trilhos, o da Misarela em Ferral, o Volfram trail na Borralha, o percurso entre museus entre Salto e Borralha. O trilho da vezeira e o trilho dos poços verdes, entre muitos outros, são a prova da diversa oferta que temos para quem nos visita. Falo ainda da tradição da subida da vezeira que todos os anos é revivida. Realço as ações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

conjuntas da freguesia de Ferral, com Covelo do Gerês e algumas aldeias da Freguesia de Cabril, como Lapela e Azevedo.

Aliada a toda a esta riqueza, temos também uma gastronomia excelente.

Dada toda esta oferta de valor turístico, que eu considero "premium", o Baixo Barroso assume-se, portanto, que finalmente, tanto os agentes políticos, nós, e os agentes das diversas localidades do Baixo Barroso começamos a aperceber-nos de que este potencial poderá ser exponencialmente aumentado se estivermos dispostos a oferecer todos estes produtos turísticos em conjunto, numa visão holística e agregada da oferta turística, numa espécie de comunitarismo num sentido mais amplo.

É de extrema importância a conceção de um pensamento coletivo para eu possamos continuar nesta senda de afirmação do Baixo Barroso e o seu enorme potencial turístico.

Já o começamos a fazer, ao oferecer o fim-de-semana temático, que se avizinha, Ferral e Fafião, a Misarela e a Aldeia dos Lobos trilham uma iniciativa conjunta onde a natureza, património, cultura e as tradições ancestrais se cruzam numa oferta turística que poderá ir de encontro às melhores expectativas de quem nos visita. Estou convicto que este é o caminho certo para fazer o Baixo Barroso ainda melhor! Assinado, o deputado municipal Aníbal Ferreira."

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Muito já foi dito aqui hoje. E de facto o PSD continua na senda de tudo criticar e de ver defeito e mal em tudo. Continua com a sua visão tacanha, ultrapassada, desconexos com a realidade. As suas ideias de desenvolvimento do território são as mesmas de há 30 anos. Não senhor deputado, a estrada nacional 103 já não é estratégica para o concelho.

O PSD mantém o seu modelo de desenvolvimento preso no passado e os seus resultados perante os barrosões são também iguais aos do passado.

Mas hoje quero fazer referência a duas iniciativas marcantes no compromisso local do PS.

Por um lado, à requalificação da antiga piscina, que se encontrava encerrada devido ao insuportável custo financeiro do sistema de aquecimento a gás, entrou em obras de requalificação há muito desejadas.

Trata-se de uma intervenção de mais de 1,4 milhões de euros, na sua maioria, a suportar pelo orçamento do município.

Vai estar em causa a eficiência energética, a proteção do ambiente, a descarbonização e mais economia.

Esta obra, que há já algum tempo aguardava o visto do Tribunal de Contas, qualifica Montalegre numa área que os residentes reclamavam e alarga o leque de ofertas que se traduzem em qualidade de vida para a vila de Montalegre.

Um equipamento modernizado, direcionado sobretudo para a juventude, mas para todos os grupos etários.

É o PS a cumprir os seus compromissos!

Por outro lado, quero fazer referência à obra, que ainda aguarda visto do Tribunal de Contas e que irá ter o seu início muito em breve, merece aqui também hoje uma referência quer pela sua urgência, quer pela sua importância.

Trata-se de um equipamento marcante na estratégia de desenvolvimento local que muito virá trazer à nossa terra e à nossa economia.



12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Refiro-me ao Centro SIPAM de Barroso (Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial).

O projeto prevê a recuperação dos edifícios do antigo Centro de Formação de Aldeia Nova/Morgade e está estimado em mais de 1,3 milhões de euros.

Este projeto vai acolher um centro que quer valorizar o Barroso e o nosso património.

De referir que o Património Agrícola Mundial é uma distinção atribuída pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O SIPAM será um espaço para estudo, investigação, divulgação de várias áreas ligadas à história, cultura e património no que contém também de produtos locais, de desenvolvimento, da economia e de fortalecimento da valorização do território.

Este centro trará maior projeção ainda a Montalegre, conta com instituições como as Câmaras de Boticas e de Montalegre, a ADRAT, a CIM-AT e BARROSO, o Instituto Politécnico de Bragança, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a DST.

Este projeto trás por isso a dimensão prática e científica, vai acolher para já 12 formandos em doutoramento, o que será essencial para aprofundar o conhecimento e trazer mais oportunidades à nossa terra pelas mais-valias que podem reportar à nossa paisagem, aos nossos produtos e ao reforço da economia local. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Nuno Pereira sugeriu que a disposição dos deputados na Assembleia seja alterada pois, aquando das intervenções, eles deverão colocar as dúvidas e questões de frente para a Mesa e não de lado ou de costas. Deverão ser disponibilizados microfones espalhados pela sala para que os deputados possam falar do seu próprio lugar.

Falou da colocação de painéis fotovoltaicos nas barragens do concelho e para que se evite o que aconteceu com a Mina do Romano, quando apareceram vozes descontentes que assumiram que a sua voz teria que ser ouvida a todo o custo. A Câmara deve fazer o possível para que os verdadeiros protagonistas e habitantes do território possam fazer ouvir a sua voz, sem se fazer representar por fações ou claques. Deve haver mais democracia, mais abertura e dar oportunidade aos habitantes de se fazerem ouvir.

Sobre a preocupação da Câmara, a questão da água tem um nome e chama-se crise ambiental. Não chove e as estruturas criadas para que se faça retenção de água ficam vazias e não vale a pena vir com teorias da conspiração.

Para que a Câmara possa continuar a manter a qualidade da água tem que obrigatoriamente repensar os preços das tarifas. Devemos ser coerentes e ter noção que qualidade implica custos.

Constatou que houve duas intervenções por parte da bancada do PSD completamente antagónicas. Por um lado, apelam ao bom senso, ao debate, ao diálogo para que a Câmara consulte as pessoas e se lhes dê voz. Por outro lado, começa-se a reunião com o chorrilho de acusações e depreciações injustificáveis numa democracia. Que as pessoas tenham uma obsessão contra o socialismo e que de certa forma não consigam conviver com aquilo que é uma visão social democrata, liberal que o PS tem é um problema deles. Esta postura tem que ser censurada pois não se pode exigir respeito, quando nós próprios não respeitamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Subscreve inteiramente a intervenção do deputado João Carlos Rodrigues pois a EN103 não é, efetivamente, a artéria fundamental do concelho. A Câmara deve pensar em soluções para ligar o concelho a vias mais rápidas que liguem Montalegre ao mundo.

Inscreeveu-se para intervir em defesa da honra a deputada Ana Paula Adão.

A deputada Ana Paula Adão entregou o seguinte documento à Mesa: Exmos. senhores da Mesa, exmos. Vereadores, deputados e digníssimo público, muito bom dia a todos! Começo por congratular alguns deputados que, ao contrário do costume, apresentaram algumas sugestões e, já agora, aproveito para sugerir a colocação de um cronómetro nas reuniões desta Assembleia. É com tristeza que verifico muita falta de respeito nesta casa da democracia, onde deveríamos ouvir as intervenções de todos sem interrupções.

Venho aqui, defender-me da acusação proferida pelo Sr. deputado Ferreira que acusou a Direção do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, órgão do qual faço parte, de não controlar os alunos e ser responsável pelos atos de vandalismo dos mesmos nas instalações da piscina. O referido deputado parece viver ainda no passado pois, atualmente, não é fácil evitar alguns problemas de indisciplina. Infelizmente, a maioria dos docentes e funcionários pertencem a uma faixa etária mais velha e estão cada vez mais cansados e com a agravante da câmara enviar pessoal não docente não qualificado, vindo do programa CEI+. Além disso, a Direção não é responsável pelo que se passa fora da escola e os alunos têm autorização de saída, sendo os seus atos da responsabilidade dos pais e encarregados de educação. Já tinha alertado a câmara para a necessidade de vedar o espaço da piscina e cheguei a telefonar à GNR a alertar para o facto de alguns alunos se encontrarem no espaço, podendo alguns deles correr perigo de se magoarem, tal como aconteceu com dois alunos, sendo necessário chamar o INEM. É do conhecimento geral que não são apenas alunos a frequentar as instalações abandonadas.

Para terminar, é com profunda tristeza que ouço um ex-colega e amigo referir-se à escola desta forma. Sendo assim, lanço-lhe o convite para nos visitar e ajudar a solucionar alguns problemas. Continuação de um bom dia. Assinado, a deputada municipal, Ana Paula Adão”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que gostou de ouvir o Sr. deputado Manuel Carrêlo afirmar-se geringoncista, não pela importância que tal possa ter, mas antes pela incoerência e vazio de sentido que o posicionamento atual, de colagem à direita radical, possa configurar e possa ter de desconforto.

Mais disse que tem a consciência do que há para fazer ao nível da gestão municipal. Tal, porém, não legitima o PSD, mormente o seu líder parlamentar, de falar como fala e muito menos de só ter dedo para apontar as pequenas falhas que possam existir.

Sobre a piscina municipal e a vandalização de que foi alvo e que, para o erário público, representa um prejuízo de centenas de milhares de euros, disse que lamentava como jovens em formação se prestassem a tão criminoso procedimento. O edifício foi tamponado logo que se registaram os primeiros sinais de vandalização. Voltou a sê-lo uma segunda vez, bem como a vedação que o protegia. Desistimos quando já nada havia para salvar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Gostou de ouvir a assunção de culpa que a Senhora deputada Ana Paula Adão aqui expressou quando disse que já tinha alertado a Câmara para a necessidade de vedar o espaço, bem como o havia dado a conhecer à GNR. Pena não ter feito o que lhe competia: colocar os funcionários da escola em alerta e descobrir as almas intrusas. E muito menos concorda com o que disse acerca da intervenção do deputado António Ferreira querer fazer crer que a escola atual não é como no passado e não é fácil evitar alguns problemas de indisciplina. Mais proximidade, pedagogia e capacidade de envolver os alunos em projetos educativos ajustados ao tempo presente e aos seus anseios é a tática com que se constrói sucesso e se combate o abandono e a indisciplina.

Já ouvi-la dizer que gostava que o Agrupamento que dirige tivesse um corpo docente mais capaz e até outros alunos é ofensa grave a uns e outros e isso não fica bem.

Acerca da intervenção do líder da bancada, que se não cansa de, com mordacidade que baste, dourar as alusões constantes à Câmara e ao Governo socialistas, teve oportunidade de dizer-lhe que é o Partido Socialista e não o PSD que integra um Clube Europeu da socialdemocracia. Para além de o aconselhar a fazer exercício continuado de aprendizagem para perceber que o socialismo democrático não come criancinhas às refeições.

Acerca do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, teve a oportunidade de dizer que todo o bem formado e melhor informado sabe que não há organismo público nenhum que passe no crivo do Tribunal de Contas sem qualquer reparo, advertência ou acusação, como é o nosso caso.

Ministérios, governos regionais, Câmaras, organismos autónomos são todos corridos com o selo do incumprimento. É o que o PSD Montalegre usa em sinal de refastelamento. A nossa defesa está a ser preparada, independentemente da tramitação processual que possa seguir-se. E de uma coisa está certo: as falhas processuais estão muito aquém do arrazoado tornado público e que apenas serve a política menor com que o PSD se entretém e de que a tentativa de colagem ao êxito desportivo do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes e tentativa de politização é sobreano exemplo. O clube representativo do concelho é o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre cujos apoios da Câmara o PSD do século XXI nunca aprovou.

Acerca do programa educativo "Mexe-te nas férias", informou que o mesmo estava a ser delineado. Trata-se de um programa iniciado em 2013 e não em 2017 como por desconhecimento se quer crer. Faremos, como sempre fizemos, o nosso melhor. Sem o propósito e muito menos a ilusão de agradar a quem combate o executivo municipal por não saber fazer mais nada.

O pior que tem acontecido no sistema educativo é vermos pais e mães porem-se à margem da educação dos seus descendentes. Neste cenário não há política educativa que resulte, mau grado esforço hercúleo de tantos dedicados professores que à escola e aos alunos dão o seu melhor a troco de um salário que mal dá para pagar as deslocações e a quem daqui presta a sua homenagem.

Disse que há um plano de contingência para o uso racional da água, mas o melhor e o mais eficaz é o que resulta da consciência individual dos cidadãos face a um recurso que é finito e indispensável à vida de animais e plantas. Foi visionário e assertivo o executivo municipal quando fez a adesão às Águas do Norte e adornou os jardins públicos com plantas resistentes à falta de água. Lamentavelmente o tempo está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

dar-lhes razão. Mais uma vez a capacidade de planeamento esteve do nosso lado sobrando para o PSD o exercício da baixa política.

Mais informou estar-se a aguardar visto do Tribunal de Contas para se avançar com as obras do Centro SIPAM. Só espera que não leve tanto tempo como demorou o Tribunal Administrativo de Mirandela que, depois de inquirir por mais de uma vez as testemunhas, demorou doze anos a declarar-se instância incompetente.

Sobre a posição tomada pela Câmara relativamente ao Estudo de Impacto Ambiental, disse que foi a posição que se impunha face à leitura dos documentos e às explicações dadas aquando da apresentação do projeto. Evidenciou lacunas, sim, mas passíveis de correção. Posição que é consentânea com o propósito nunca escondido de sermos a favor de tudo quanto seja desenvolvimento económico, criação de riqueza, de postos de trabalho que ajudem à fixação de pessoas e conseqüentemente povoamento do território desde que tudo se faça na observância das normas da defesa e proteção do património natural, ambiental e paisagístico que é imagem de marca de Barroso.

Assim sempre o disseram. Assim em coerência se está a fazer.

O PSD mais uma vez escolheu ficar do lado errado da história. A história se encarregar, lá mais para diante, de dar razão ao executivo.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José João Moura, Sandra Gonçalves e Hernâni Carvalho.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Verificamos mais uma vez que o Sr. Presidente da Câmara não responde às perguntas colocadas e em vez de defender as suas decisões ataca a oposição, de todas as formas, particularmente em termos pessoais, é em particular os militantes do PSD, presentes ou ausentes, inclusive a minha família. Esta alusão aos templários não a compreendo e recorro novamente ao sr. Presidente da Câmara que estamos na política com elevação, a honrar os compromissos assumidos e a defender as pessoas que acreditaram em nós e tudo faremos para melhorar a qualidade de vida dos Montalegrenses, e a sua conduta nestas assembleias com ataques pessoais só lhe ficam mal sr. Presidente, e apelo a que se retrate e que as suas palavras sejam transcritas em ata e depois tomaremos as medidas necessárias. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

A deputada Sandra Gonçalves disse que o PSD é acusado de estar sempre com espírito de crítica, mas pensa que para bajular basta a bancada do Partido Socialista. Ou será que elogiam assim tão mal que precisam da graxa do PSD também? Mas o papel do PSD não é esse. O papel da oposição é escrutinar, fazer propostas e dar ideias.

Sobre as atividades de verão para as crianças disse que tem uma filha de 16 anos e que desde os seus 7 anos que se vê obrigada a levá-la, diariamente, a Cabeceiras de Basto. Se havia atividades em Montalegre desde 2013, não foram bem divulgadas.

Disse que concorda que a educação vem de casa, mas o pão também. Por isso não se justifique que só haja atividades até às 17h00. Os pais trabalham das 9h00 às 19h00 e não tem onde deixar os filhos. As famílias precisam de apoio e está é uma forma de incentivar a natalidade. Só diz que o programa está bem feito quem não tem filhos e não sabe as lacunas que existem nestes apoios. A Senhora Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Salto sabe bem do que se está a falar e por isso viu a necessidade de fazer uma creche na sua freguesia.

Em relação à gratuidade disse que se existem escalões é por algum motivo. Há pais que preferiam pagar do que passar pela situação de não ter onde deixar os filhos.

Disse que se o Senhor Presidente passasse menos tempo a falar em questões judiciais e falasse mais nos problemas que tem para solucionar dos seus municípios, ganhava muito mais. No que lhe diz respeito, irá denunciar as irregularidades quantas vezes forem necessárias.

O deputado Hernâni Carvalho disse que, para se evitar que as reuniões da Assembleia Municipal se alonguem, pensa que se devem colocar as questões, o Presidente da Câmara responde e só se deve intervir novamente em caso da defesa da honra.

Os Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, esclareceram a assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que está previsto no regimento da Assembleia uma segunda intervenção para esclarecimentos, mas isso está na consciência de cada um.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o projeto da creche já existe desde 2009, mas não havia financiamento nos fundos comunitários.

Disse que não tem medo do Tribunal de Contas e sente-se um cidadão exemplar que pôs sempre, em primeiro lugar, o bem comum. A indignidade do PSD está traduzida no seu comportamento e atitudes. Não tendo ideias, atacam o bom nome das pessoas. Mas é bom que saibam que é possível conquistar votos pela positiva. Continuar a divulgar que a água vai encarecer porque se aderiu às Águas do Norte é não se saber o que se anda a fazer. É a ERSAR que dita as regras e se não se cumprir vai haver penalizações.

2- Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de abril, do ano 2022;

A ata da sessão ordinária do dia 29 de abril de 2022 foi posta à consideração, tendo os deputados José João Moura e Manuel Carrelo apresentado uma declaração de voto.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Os deputados do PSD vêm justificar o seu voto de abstenção da ata n.º 2/2022, nos seguintes termos:

1) Propusemos, mais do que uma vez, que "As reuniões da Assembleia Municipal deveriam ser filmadas, transmitidas e difundidas online pelos serviços do município, e que se deveria manter os respetivos registos visuais e disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal, bem como nas plataformas eletrónicas da responsabilidade da Câmara Municipal de Montalegre, sempre que tal se revela-se tecnicamente possível".



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- 2) No entanto, estas propostas foram chumbadas repetidamente pelos deputados do PS, facto esse que facilitaria a difícil tarefa de elaborar as atas;
- 3) Sendo que, as atas devem registar o que de essencial se tiver passado nas sessões, indicando, designadamente, a data e o local das mesmas, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e declarações de voto apresentadas nos termos do regimento, e a forma e o resultado das respetivas votações, eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e respostas dadas, constatamos que esta ata apresentada para apreciação da última sessão ordinária não transcreve na íntegra o ocorrido, nomeadamente a parte dos insultos a militantes presentes e ausentes do PSD, bem como na discussão e votação do voto de louvor ao GD de Vilar de Perdizes;
- 4) Além disso, sendo da responsabilidade da mesa o dever de assegurar o seu regular funcionamento, e manter a disciplina das sessões, bem como atuar com justiça e imparcialidade, verificamos que tal não tem acontecido, com a anuência de estes insultos recorrentes e mesmo sugestão de retirada de votos de louvor e moções apresentadas por este grupo municipal;
- 5) Fomos eleitos de modo a respeitar e observar a ordem e disciplina fixadas no regimento e contribuir para a eficácia e o prestígio da Assembleia Municipal, por isso e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de Abril de 2022. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "O voto contra a ata deve-se ao fato de na ata constar que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, "apelou para não se banalizarem os votos de Louvor" quando na realidade, ao chegar a vez de se discutir e votar a proposta de Louvor, apresentada pelo PSD em relação ao GD de Vilar de Perdizes, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não apelou, disse claramente que era banalizar o voto de Louvor, teceu algumas considerações o que não lhe faculta o regimento e sugerindo inclusive ao partido proponente para retirar a proposta. O que não veio a acontecer. Isto para além da mudança no modus operandi, até ali seguido para o voto por levantamento. Assinado, o deputado Manuel Carrelo."

Deliberação: Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com a abstenção dos seguintes deputados: José João Moura, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Ana Paula Adão, José Acácio Gonçalves, Acácio Gonçalves e Alívio Dias, um voto contra do deputado Manuel Carrelo e com uma abstenção da deputada Ana Maria Martins por não ter estado presente na reunião a que a ata se reporta.

2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2022 segunda alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, segunda alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais, segunda alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

2.4. Relatório de Contas Consolidadas Ano 2021 da Câmara Municipal de Montalegre– Apreciação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "A apreciação que os deputados do PSD fazem do Relatório de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2021 é, tal como afirmamos na anterior assembleia, houve uma gestão assenta em prejuízos, com resultados transitados negativos em 41 milhões 355 mil 984 euros, e a não execução das previsões de receita, havendo sido efetivamente cobrada 1,42 milhões de euros de diferença.

O PSD, sobre esta questão, sempre defendeu, que a Câmara Municipal devia ter feito um esforço muito maior de apoio aos comerciantes, às pessoas individuais, aos agricultores e aos empresários, no sentido de os salvar da pandemia que ocorreu, e na verdade, constatamos aquando da análise ao plano de atividades municipal e ao Plano de investimentos, um corte em mais de 1 milhão de euros no PAM e em mais de 2 milhões de euros no PPI, particularmente nas funções sociais.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na apreciação e votação do Relatório de Contas Consolidadas de 2021. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O Senhor Presidente da Câmara disse que o PS e o PSD não nasceram agora. O PS sufraga o que de bom e de mau se fez por cada um de nós nestes 50 anos de democracia. Dá a impressão que o PSD só nasceu há 4 anos, quando alguém que já cá tinha estado decidiu voltar e trouxe esta degradação política e que rapidamente foi agarrada pelos novos herdeiros.

O facto do deputado José João Moura dizer que se devia canalizar mais dinheiro para a atividade económica e para os comerciantes é sinal que não sabe o que diz e que não estudou a matéria. Conta das atas das reuniões de Câmara os milhões de euros que a Câmara deu aos comerciantes no período do COVID e que o PSD disse que já era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

demais, que já só era propaganda. Está escrito em ata. As pessoas devem ser coerentes e respeitosas.

Deliberação: O Relatório foi aprovado com sete abstenções dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Ana Paula Adão, José Acácio Gonçalves, Acácio Gonçalves e Alívio Dias.

2.5. Relatório de Contas das Participadas não Societárias: ADERE Peneda Gerês, CIM Alto Tâmega e Associação de Municípios do Alto Tâmega – Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.6. Relatório de Contas das Participadas Societárias: Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, Empreendimentos de Atilhó, EHATB, Empresa Eólica do Barroso, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Eólica da Serra das Alturas, S.A., Eólica de Montenegro, S.A. – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.8. Autorização para a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da celebração de contrato de aquisição, em regime de execução continuada, de serviço de abastecimento de água às populações, de acordo com as necessidades da autarquia, pelo prazo de 24 meses. DF N.º 59/2022 – Para aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.9. Autorização para a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da celebração de contrato de aquisição, em regime de execução continuada, de serviços de proteção civil, de acordo com as necessidades da autarquia, pelo prezo de 24 meses. DF N.º 60/2022 – Para aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.10. Pedido de apoio financeiro formulado pela União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães, para construção de uma captação, reservatório e fosse séptica em Contim – Anulação de deliberação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente. Este ponto reflete bem as tomadas de posições nesta assembleia. Este é o verdadeiro exemplo de quem está do lado da razão e preza o rigor nas decisões orçamentais. E aplica-se literalmente o velho provérbio: A verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima. E neste caso o tempo deu-nos razão. Na anterior assembleia municipal votamos contra porque o pedido não era acompanhado de qualquer orçamento detalhado, e como somos coerentes nesta matéria, não poderíamos aprovar a transferência deste montante, pois não havia descritivo dos projetos alocados, tornando assim o controle impossível; e votamos contra, porque o pedido não permitia avaliar se o valor do subsídio era excessivo ou insuficiente.

Esta anulação de deliberação por parte do Departamento de planeamento e gestão do território demonstra a incompetência na tomada de decisões e o despesismo que são característicos e usuais deste executivo municipal com obras em cima de obras. Defendíamos e continuamos a defender, que deveria haver um reforço dos orçamentos das juntas de freguesia, de modo a evitar estes pedidos recorrentes e subservientes.

Que esta decisão sirva de exemplo para pedidos futuros e reiteramos, mais uma vez, que estes apoios devem ser dados de acordo com critérios pré-definidos, considerando o mérito e as necessidades de cada entidade, e se acabe de vez com os critérios políticos na atribuição destes subsídios, o que permite depois a discricionariedade, a falta de regra e escrutínio.

Perante estes factos, e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam a favor da anulação da deliberação na última assembleia municipal. Assinado, o deputado municipal José João Moura".

Deliberação: o pedido foi aprovado por unanimidade.

2.11.1ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre para o ano de 2022 – Proposta;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Vereadora informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura e Acácio Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "A apreciação que os deputados do PSD fazem a esta proposta de alteração é a seguinte: 1) É proposto a redução do número de engenheiros civis/arquitetos (de quatro para dois) da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais, que é uma área de competências chave dos municípios, de carácter estratégico, e cujas atribuições devem ser executadas, maioritariamente, por pessoal do quadro e não por prestadores de serviços externo; 2) Vislumbra-se de igual modo que esta proposta não vai acabar com as encomendas externas, sem a participação dos técnicos municipais e nem vai terminar com a falta de fiscalização das empreitadas e dos preços unitários diferentes de obra para obra (mesmo artigo), como consta no Relatório recente do Tribunal de Contas; 3) Esta proposta vai contribuir assim para a degradação dos serviços municipais, que neste momento não tem nenhum técnico para "informar" acerca de processos, uma vez que os engenheiros civis da Câmara Municipal estão todos a exercer funções dirigentes e somos apologistas do reforço das suas competências técnicas; Perante estes factos, e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montalegre para o ano de 2022. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Senhores Vereadores, Exma. Mesa, Senhores deputados, Exmo. Público: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal, venho protestar contra a maneira arbitrária como se tem conduzido de forma abusiva e injustificada a elaboração do mapa de pessoal que é aletrado sem justificação plausível jogando com os lugares ocupados e livres a seu belo prazer, desorganizado e despachando com objetivos sem transparência.

Os concursos têm procedimentos que qualquer pessoa normal tem dificuldades em compreender o que deveria ser intuitivo; no detalhe de oferta de emprego, deveria referir as circunstâncias e a razão do preenchimento do lugar, nomeadamente saber se a oferta constou da bolsa de emprego público e na plataforma eletrónica do Governo e noutras plataformas, pelo menos 10 dias, o que encontrei (art.º 2º da Lei 12/2015 de 3 de setembro).

A publicitação do referido concurso como determina a Lei deveria ser publicitado num órgão da comunicação de expansão nacional e no Diário da República.

O júri do procedimento concursal, cuja proposta foi apresentada na última assembleia, não fazia referência na constituição do júri a indivíduo de reconhecida competência na área funcional, designado por estabelecimento do ensino superior por Associação Pública representativa do lugar (alínea c, do nº3, do artº21 da Lei 2/2004 de 15 de janeiro).

O facto de não haver audiência de interessados não é suficiente. O interesse público também é necessário cumulativamente a urgência, com a justificação da situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Também se deveria reparar no efeito suspensivo do recurso administrativo de qualquer ato praticado no procedimento concursal (lei 2/2004 de 15 de janeiro). Assim sendo e com a falta de tempo disponível para fazer um estudo com especialistas na matéria pretendo que o executivo seja mais esclarecedor. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a contratação de pessoal é uma coisa muito séria e tenta-se fazer tudo bem feito. Os procedimentos estão todos corretos e disso não tem qualquer dúvida. Os quadros da Câmara precisam de ser enriquecidos para que não haja sobressaltos.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com sete votos contra dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Ana Paula Adão, José Acácio Gonçalves, Acácio Gonçalves e Alívio Dias e uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.12. Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de Montalegre 3.^a Geração (PMDFCI) – Para aprovação;

O Senhor Vice- Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Hernâni Carvalho.

O deputado Hernâni Carvalho disse que por muito bem que se façam planos municipais de defesa da floresta nunca serão suficientes enquanto o território arder em roda livre da forma que arde. Envergonha-o, entristece-o e preocupa-o o facto de saber que o concelho de Montalegre é dos territórios do país que mais arde, apesar dos esforços dos sapadores florestais, dos bombeiros, do Município e de toda a gente. Com o número de ignições que acontecem, não há estrutura, dispositivo ou plano que aguente. Se isto continua, falha o plano, falha a Câmara, falham os Presidentes de Junta, falha a Assembleia Municipal e falha toda a gente enquanto sociedade, enquanto povo. Tem visto esforços de todas as entidades, mas pouco vê fazer às autoridades judiciais, não havendo consequências práticas para os infratores. Faz um apelo a toda a gente para que estejam atentos e delatem os criminosos de forma a evitarem-se estes flagelos. Só com a responsabilização e com quatro ou cinco bons exemplos é que se consegue preservar o património florestal, económico e paisagístico.

Deliberação: o Plano foi aprovado por unanimidade.

2.13. ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Vila de Montalegre – Para aprovação;

O Senhor Vice- Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.14. ARU (Área de Reabilitação Urbana) das Minas da Borralha – Para aprovação;

O Senhor Vice- Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.15. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.16. Proposta de Alteração de Denominação da “Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega” para “Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso” – Para aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, João Carlos Rodrigues e João Soares.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Queria como representante do PSD e sendo também membro da assembleia da CIM concordar com tudo o que o sr. Presidente da Câmara acabou de dizer exceto numa coisa: a CIM deveria ter Barroso à frente do Alto Tâmega, mas pelos vistos é uma questão de nomenclatura que terá de passar por Bruxelas.

Relativamente à CIM já tive a oportunidade de conversar com os membros eleitos para a assembleia pelo PS e embora adversários localmente, a nível da CIM deveríamos ser parceiros de forma a lutar para conseguir o melhor para o concelho de Montalegre.

Quanto ao mérito da renomeação da CIM se realmente é seu sr. Presidente o PSD dá-lhe os parabéns. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Como tive a oportunidade de referir na Assembleia Intermunicipal da CIM, na última reunião em que foi aprovada a nova designação, a alteração da CIM-AT para CIM-AT e BARROSO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

representa o reconhecimento de uma identidade específica, centenária e forte no Alto Tâmega da região de Barroso que engloba Montalegre e Boticas.

O Barroso diferencia-se por uma vasta área de beleza paisagística única, com a sua riqueza histórica e cultural, certificada também como Património Agrícola Mundial pela FAO.

Estas características, reconhecidas internacionalmente, valorizam a nossa terra e potenciam também o território alargado da CIM onde nos integramos.

Trata-se, portanto, de um reconhecimento e de uma oportunidade para continuarmos a afirmar o território, de forma conjunta, na estratégia de desenvolvimento turístico e cultural e valorização dos produtos endógenos.

Esta nova designação, honra-nos, ao mesmo tempo que deposita em nós a responsabilidade de continuarmos solidários, mas a reforçar o nosso trabalho pela nossa terra e pela nossa gente. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado João Soares disse que já foi falado na Assembleia Municipal que se realizou no mês de abril, no papel que o Presidente da Câmara teve nesta denominação pois insistiu e fez valer o nome da Barroso na denominação da CIM-AT, que passa a ser CIM ATB, e também se falou que isto provocava um equívoco lá para as bandas onde o rio Tâmega se aproxima do Douro e onde se apontava Amarante como capital do Tâmega. Associar o nome da Barroso a esta comunidade tem uma matriz de valor ambiental, ecológico e até patriótico. Barroso é um país.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação.

2.17. Contrato-Programa celebrado entre o Município de Montalegre e a EHATB – Adenda – Para aprovação.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre vêm justificar o seu voto na adenda ao contrato-programa da EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, com o município de Montalegre nos seguintes termos:

1) Parece-nos que a poupança de impostos, a existir, não justifica que a EHATB pague as despesas das Câmaras (eventos e obras), em substituição dos lucros que lhes seriam distribuídos no final do ano; e, sobretudo, porque os contratos-programa de obras, no que diz respeito ao Município de Montalegre, se têm revelado com falta de transparência e de eventuais ilegalidades;

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, e como já mencionado em assembleias municipais anteriores, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na apreciação e votação da adenda ao contrato-programa da EHATB que nos é proposto. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que o Presidente da EHATB é o Presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar que, por sinal é do PSD, e o facto do líder do PSD Montalegre dizer que há falta de transparência naquela empresa, indica bem o carácter do deputado que tem sempre que dizer mal de tudo. Em tudo vê maldade. Fica-lhe mal. A ruindade na apreciação não é de um bom político. Os contratos/ programa são feitos para nos afirmarmos perante quem manda no país e para lhes dizer que não servimos só para pagar impostos. A isto se chama gestão.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com sete votos contra dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Ana Paula Adão, José Acácio Gonçalves, Acácio Gonçalves e Alívio Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia, e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Ana Maria Barros Martins